

O Ideário da Revolução de 31 de Março



Carlos de Meira Mattos *

Resumo: Palestra proferida pelo autor em sessão do IGHMB comemorativa do 39º aniversário da Revolução de 31 de Março de 1964. Ressalta as razões da intervenção militar no processo político do País nessa oportunidade e os princípios que traduziram os ideais eleitos como guias de todos os atos revolucionários, identificando-os nos resultados alcançados.

Palavra-chave: Revolução.

Há 39 anos passados a nossa Revolução de 1964 explodia vitoriosa em todos os recantos do Brasil.

Em 31 de março, um grupo de brasileiros civis e militares, apoiado pela grande maioria do povo, tomou uma decisão corajosa e implantou um novo regime político, inspirado nos ideais revolucionários que vinham se purificando através de vários movimentos anteriores. A balança da decisão naquela hora – “entre o bem e o mal,” de que nos fala Abraham Lincoln – não nos deixava margem de dúvida: para a salvação do País entregue ao aventureirismo irresponsável e corrupto, só nos restava tomar uma atitude revolucionária.

Não se pode negar os méritos da Revolução de 1964. Veja-se o que era a mediocridade deste país em 1963, que jamais

havia merecido figurar em estatísticas internacionais de poder. Compare-se ao Brasil de 1985, quando a Revolução considerou-se terminada, confiante nas promessas de excelência de um poder civil pleno. O Brasil de 1985 estava presente, pelo seu conceito e peso específico, em todas as equações de poder referentes aos assuntos políticos e econômicos de dimensão mundial.

Os revolucionários vitoriosos de 1964 traziam *um ideário*, por ele lutaram, enfrentaram todos os riscos da ruptura com o sistema de governo vigente e, o que é mais importante, souberam transmitir esse ideário à grande maioria da população brasileira que, de norte a sul, de leste a oeste, aplaudiu vigorosamente e rejubilante a mensagem salvadora do movimento de 31 de março.

Qual era essa mensagem?

Em síntese, traduzia o caldeamento de aspirações, que se vinham robustecendo

* General-de-Divisão. Sócio emérito do IGHMB.

através dos anos e que haviam estimulado os movimentos militares dos anos 20, a Revolução de 30, a restauração democrática de 1945 e que, diante da situação de caos paralisante e da ameaça comuno-socializante dos anos de 1962, 1963 e princípio de 1964, se reascenderam no coração dos patriotas.

Mas, como poderemos sintetizar estas aspirações? Desembocavam elas em duas grandes caudais: abrir espaço ao impulso irresistível de construir um Brasil-Nação que correspondesse às imensas potencialidades de seu povo e de seu território; garantir a vocação brasileira de um viver democrático, com ordem e progresso.

Em que pesem as crises internacionais suportadas durante o período da gestão revolucionária – os dois choques de petróleo e a recessão mundial – não se pode ignorar que, no balanço desses 21 anos, nosso país revelou um impulso de desenvolvimento que impressionou aos mais renomados analistas estrangeiros, que não tiveram dúvidas em classificar-nos como uma potência emergente, entre os quais citaremos o belga Michel Schooyans, os norte-americanos Ray Cline, Wayne Selcher, Ronald Schneider, todos professores de ciências políticas de famosas universidades européias e norte-americanas.

Mas, o tema que escolhemos para a nossa comemoração de hoje é a permanência dos ideais patrióticos e democráticos que povoaram nossas mentes e aqueceram nossos corações nos idos de 1962, 1963 e

1964, e que ainda aí estão, ainda os sentimentos bem vivos, preservados e intocados.

O movimento de 31 de março impediu que sucumbisse a nossa sociedade democrática submetida à ameaça de um processo de subversão sistemático e programado, que chegou a proporcionar o espetáculo degradante do comício da Central do Brasil, em 13 de março, com a presença do Presidente da República e do Ministro do Exército, onde uma massa mobilizada através de toda sorte de facilidades de transporte e alimentação gratuita mostrava

O movimento de 31 de março impediu que sucumbisse a nossa sociedade democrática submetida à ameaça de um processo de subversão sistemático e programado.

os seguintes cartazes, entre muitos outros:

“Jango assina a reforma e nós faremos o resto”

“Osvino taca a faca nos trustes”

“Armai-vos uns aos outros”

“Os trabalhadores querem armas para defender o governo”

“Jango, defenderemos suas reformas à bala”

“Cadeia para os gorilas”

“Todo o poder à CGT”

“Legalidade ao PC”

“Na marra ou na bala” .

Tais cartazes mostram de maneira irrefutável o grau explosivo de subversões apoiado pelo Palácio do Governo.

Depois, nesse mesmo mês, veio a “revolta dos marinheiros”, chefiada por um cabo e, em seguida, a reunião dos sargentos no Automóvel Clube, mobilizada pelo Palácio das Laranjeiras.

Nessa mesma hora de pregação subversiva comuno-sindicalista, incentivada pela

cúpula do governo, vejamos o que nós, os “gorilas”, proclamávamos em nossa propaganda anti-subversiva.

Em um documento denominado *Reflexões*, de autoria coordenada dos Generais Ulhoa Cintra e Cordeiro de Farias, destinado a “orientar a concepção estratégica de uma resposta eficiente ao movimento subversivo que está sendo preparado no Brasil”, as palavras que transcendem fé e entusiasmo revelam o extremo desvelo em preservar a vontade de viver democraticamente do povo brasileiro, tão ameaçada naquela hora em que aproveitadores e esquerdistas, de mãos dadas, apregoavam aos quatro ventos as virtudes do regime socialista, as excelências da “democracia cubana”.

Outro documento histórico, de 1963, cuja redação final coube ao então Tenente-Coronel Octavio Costa e amplamente distribuído entre os oficiais em serviço nas escolas, particularmente na ECEME e na EsAO, foi o chamado *Decálogo*. Testemunha este documento, de maneira inequívoca, os nossos ideais de há duas décadas passadas.

Ei-lo:

Decálogo do Militar Brasileiro

1. LUTAR – para que, realmente, “todo poder emane do povo e em seu nome seja exercido” (Constituição Federal);

2. LUTAR – pela “inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade” (Constituição Federal);

3. LUTAR – pela verdadeira legalidade, preservando realmente “a república representativa”, a “federação”, “a indepen-

dência e a harmonia dos poderes” (Constituição Federal);

4. LUTAR – pela “organização da ordem econômica, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho” (Constituição Federal);

5. LUTAR – para que, “dentro do processo legal e do espírito da doutrina social da Igreja, seja concedido a todo brasileiro um padrão de vida compatível com a dignidade da pessoa humana”;

6. LUTAR – para que imperem na vida brasileira os princípios de irrepreensível moralidade administrativa e de respeitabilidade funcional dos homens públicos;

7. LUTAR – pela soberania e pela ativa participação do Brasil no mundo livre;

8. LUTAR – para que as Forças Armadas se mantenham intransigentemente fiéis à sua destinação de defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem;

9. LUTAR – por Forças Armadas realmente institucionais e democráticas, regidas pelo legítimo império das leis e dos regulamentos, atentas ao imperativo da modernização de seus equipamentos e constantemente empenhadas em seu aperfeiçoamento moral e profissional;

10. LUTAR – pela dignidade profissional e pela justa posição das Forças Armadas na estrutura socioeconômica e cultural da sociedade brasileira.

A famosa Circular de 20 de março de 1964, do Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Humberto de Alencar Castello Branco, documento considerado decisivo no posicionamento quase unânime das Forças Armadas no Movimento de 1964,

é uma pregação democrática e legalista. Alerta para os perigos das tentativas de levar as Forças Armadas a apoiarem a subversão comuno-sindicalista em marcha, inspirada pelo palácio presidencial. Num de seus períodos afirma que os quadros das Forças Armadas devem “estar prontos para defender a legalidade, a saber: pelo funcionamento integral dos três poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive o de assegurar o processo eleitoral e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública de ser movida pela CGT e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas”.

Através desses pronunciamentos, nós, preocupados com perigos que rondavam a democracia brasileira, procuramos polarizar adeptos para a nossa causa. Além destes, muitos outros pronunciamentos, do mesmo teor, precederam a irrupção do movimento vitorioso. Com tais idéias da mais pura convicção democrática fazíamos nós o nosso proselitismo, enquanto os arautos do socialismo vermelho daquela época – entre eles muitos que hoje ocupam postos do Governo, mudando a coloração de seu socialismo – estimulavam os trabalhadores a um regime totalitário, que diziam sindicalista.

Nos seus cartazes se lia: “todo o poder à CGT”, “na marra ou na bala”.

A largada revolucionária foi dada pelos corajosos pronunciamentos do Governador

Magalhães Pinto (MG) e do General Olímpio Mourão, Comandante da 4ª Região Militar, cujas tropas se puseram em marcha, direção ao Rio.

A vitória militar foi fácil. O governo fugiu na primeira hora. De seus “valentes” partidários, da sua “invencível força sindical e arrasador dispositivo militar” não apareceu ninguém que quisesse lutar...

Vitoriosa, a Revolução não se embriagou com a soma de poder que veio às suas mãos. Foram mantidos os partidos políticos, foi mantido em funcionamento o poder legislativo e intocado o poder judiciário.

O Ato Institucional nº 1 manteve a vigência da Constituição de 1946.

No primeiro, como nos demais, presidentes e vice-presidentes da República foram eleitos pelo Congresso. Ao tomar posse o inesquecível Presidente Castello Branco, no auge do poder que in-

tui uma revolução vitoriosa na plenitude da aceitação popular, não foi de arbítrio e arrogância a sua fala no Congresso Nacional, mas de respeito à lei. Repitamos as suas palavras:

“Meu governo será o das leis do País e permanecerá em vigília para que todos as observem com exatidão e zelo. Meu governo será o das leis, o das tradições e princípios morais e políticos que refletem a alma brasileira, o que vale dizer que será um governo firmemente

Ao tomar posse o inesquecível Presidente Castello Branco, no auge do poder que intui uma revolução vitoriosa na plenitude da aceitação popular, não foi de arbítrio e arrogância a sua fala no Congresso Nacional, mas de respeito à lei.

voltado para o futuro, tanto é certo que um constante sentimento de progresso e de aperfeiçoamento constitui a marca e, também, o sentido de nossa história política e social”.

Nessas palavras de posse do Presidente Castello Branco estão os dois veios do ideário que inspirou a Revolução – Democracia e Desenvolvimento.

“Abertura”, nome que os brasileiros deram ao processo de ampliação gradual dos compromissos democráticos da Revolução, compromissos que foram temporariamente limitados, mas nunca cancelados, foi uma concessão livre e espontânea da Revolução, fiel aos que inspiraram o Movimento de 31 de março.

Essa “abertura democrática” representou, antes de tudo, o compromisso do Movimento de 31 de março, e o cumprimos. Não fora a vitória do Movimento de 1964, não fora sua fidelidade ao seu ideário, longe estaríamos hoje de alcançar esta abertura. Veja-se o exemplo de Cuba, cujo modelo nos queriam impingir.

Há uma peça preciosa da figura inatacável de liberal que foi o Dr. Milton Campos, então Ministro da Justiça do primeiro governo revolucionário, em discurso pronunciado em 20 de setembro de 1964, a 6 meses da vitória de 31 de março. Fixa, o grande jurista, aquele momento que vivia a Revolução, por ser Revolução e por ser democrática:

“Estamos numa fase revolucionária e ao mesmo tempo instituímos um governo constitucional. A vitória das armas foi fácil não só pela coesão das Forças Armadas, como pela participa-

ção e pelo consentimento das forças políticas e populares.

“Em correspondência, o poder revolucionário se limitou a si mesmo e promoveu a eleição do governo nos termos da Constituição. Vossa Excelência ficou sendo um Presidente eleito na forma anteriormente prevista, as instituições foram preservadas e as liberdades públicas mantidas. Essa irresistível vocação para a lei merece ser assinalada, porque vale como marca de maturidade política e de educação democrática. Mas, cumpre não esquecer que o ponto de partida foi a Revolução, e as revoluções, no seu dinamismo próprio, forçam caminhos e impõem soluções que nem sempre são as da normalidade e das expectativas anteriores. Daí a necessidade de comporem, em meio ao tumulto, os quadros da normalidade renovada e de se abrir o leito por onde deverão correr em curso tranquilo as águas antes revoltas. Bem se pode imaginar o que essa tarefa exige de ponderação de valores e de avaliação de realidades, de senso discriminatório e capacidade de distinção, de paciência e de modéstia.

“Por esse dom de equilíbrio, que caracteriza os homens de Estado nas horas difíceis e não se confunde com o equilíbrio dos detentores de posição, é que se pode transpor a quadra convulsiva para se instaurar a fase de reconstrução.

“Do caos para a revolução e da revolução para a reconstrução, eis o itinerário pelo qual os povos se salvam de suas crises e lançam as linhas vitorio-

sas de sua história. Essa é, em nosso país, a pesada e grandiosa tarefa que cabe a Vossa Excelência, Presidente Castello Branco.”

Mas, não fica na figura sempre respeitada de Milton Campos a compreensão do fenômeno revolucionário brasileiro.

Um ano após a Revolução dizia, na Universidade da Paraíba, o estadista ilustre Dr. José Américo de Almeida:

“Vamos ser justos. Proclamemos os benefícios já produzidos por essa revolução. Se não promoveu todo o bem, evitou todo o mal. Imaginemos o que seria a nossa primeira guerra ideológica, a mais atroz e catastrófica luta entre irmãos. E levantemos as mãos para os céus agradecidos pela tranqüilidade que voltou depois de tantos sobressaltos; pelo sangue que não se derramou; pelo restabelecimento da unidade das classes armadas, garantia da paz interna; pela felicidade de ter o brasileiro deixado de passar pela vergonha de ser considerado o mais corruptor e corrupto de todos os povos.”

Mais ou menos na mesma época, o renomado jurista paulista Dr. Miguel Reale, dizia:

“Ora, quando as Forças Armadas nacionais, dando sentido operacional aos ditames da opinião pública, em repulsa às maquinações do esquerdismo subversivo e corrupto, instauraram o processo revolucionário, desde logo pressentiram que havia, como ainda há, toda uma tarefa ‘ideal’ a ser realizada.”

Selecionamos, para realçar o intuito desta palestra, apenas pronunciamentos de ine-

gável conteúdo democrático que marcaram nossas posições nos períodos pré-revolucionários e nos dois primeiros anos de governo revolucionário. Valem pelo indiscutível testemunho original.

Nosso objetivo ao comemorar os 39 anos da Revolução de Março é o de enfatizar, em termos de processo revolucionário, a permanência dos ideais democráticos que constituíram e constituem, ao lado do desenvolvimento nacional, o centro de gravitação das aspirações dos revolucionários.

Por isto mesmo, por decisão própria, por convicção, e não por pressão, os dois últimos governos revolucionários se impuseram o dever de, gradualmente, resgatar à Nação a plenitude de seus compromissos democráticos. Por isso mesmo, por decisão própria, os dois últimos governos revolucionários foram extinguido, um a um, os instrumentos legais de que dispunham, característicos de um regime revolucionário. Por isso mesmo estamos em plena abertura democrática. A isso chegou a Revolução voluntariamente, por convicção e vocação.

O processo revolucionário de 1964 extinguiu-se, por vontade própria, por vocação original fiel ao seu compromisso democrático.

Há 39 anos alcançamos, conclamando alto os nossos ideais, conter a mais perigosa tormenta antidemocrática que este país já assistiu. Foi a sociedade brasileira que se levantou na sua expressão mais significativa e autêntica. Essa atitude solidária do povo brasileiro, tão solidária que nos levou a uma vitória sem lutas – caía a farsa armada pelo

chamado poder comuno-sindical —, correspondia inegavelmente a uma ampla consonância popular com nossos compromissos de Desenvolvimento e Democracia.

Também não traímos o nosso compromisso desenvolvimentista. Elevamos a economia nacional de 48ª do mundo em 1963 à posição de 8ª em 1985. Nada mais comprobatório de que a Revolução de 64 cumpriu o seu compromisso com o Desenvolvimento Nacional do que o depoimento do saudoso economista Mário Simonsen à revista *Exame* (abril de 1997).

Diz Mário Simonsen:

“Em vinte anos de esforço concentrado, de 1964 a 1984, a economia brasileira deu um salto extraordinário, apresentou os seguintes índices de crescimento: passamos de 48ª para 8ª economia mundial, passamos de uma exportação de 1,5 bilhão para 27 bilhões de dólares, conseguimos o crescimento médio de 6% ao ano. Asseguramos emprego, educação, saúde e trabalho sempre crescentes a uma população que durante o período revolucionário cresceu de 60 milhões de habitantes, equivalente a duas Argentinas. Realizamos um colossal projeto de energia, telecomunicações e interiorização. Estes nossos méritos desenvolvimentistas foram reconhecidos pelo Banco

Mundial e pelo FMI que, em seus relatórios estatísticos, nos apontaram como uma potência emergente.”

Se esse extraordinário avanço da Nação não teve continuidade, se o otimismo nacional foi substituído pela descrença, criando no país as dificuldades atuais, a culpa não é da Revolução de 31 de março.

A democracia em que hoje vivemos foi alcançada pela perseverança da Revolução em resgatar a sua dívida liberal. Em 1964, se tivesse vencido o movimento síndico-comunista, teríamos sido arrastados ao alinhamento Moscou-Havana. Este país teria se transformado numa grande Cuba e agora estaríamos amargando o mesmo drama dos satélites de Moscou.

Orgulhamo-nos da Revolução de 1964. Reafirmamos hoje, com o mesmo entusiasmo de 39 anos passados, o calor de nosso ideário. Ele conduziu, há 39 anos, a um extraordinário alçamento da Nação, que conosco coincidiu nos anseios de um Brasil grande (desenvolvimento) e democracia. A Revolução de 1964 fez desses anseios seu compromisso e os resgatou à Nação.

Patriotas e idealistas, temos a consciência clara de que cumprimos nossa missão histórica na hora irrecusável da luta.

Fiéis a tais ideais, nossa posição foi, e será de alerta pelo destino do Brasil. 

“Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada.”

Palavras do jornalista Roberto Marinho em 7 de outubro de 1984
(Transcrito em *Folha de São Paulo*, 07.08.2003)